

LIBERDADE E TOTALITARISMO: OS MOVIMENTOS TOTALITÁRIOS MODERNOS E O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO SEU INSTRUMENTO

*Milton Carlos Rocha Mattedi**

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Liberdade, Espaço Público e Ação. 3. Totalitarismo e os Movimentos Totalitários. 4. Estado de exceção. 5. Conclusão. Referências.

RESUMO: A liberdade, sendo atributo essencial ao ser humano, deve ser exercida em seu conceito mais amplo, a liberdade política. Para tanto é necessário à manutenção dos espaços públicos e do livre embate de idéias. Os movimentos totalitários, como nova forma de dominação, tendem a eliminar os espaços públicos e o pensamento crítico dos indivíduos para formar uma sociedade massificada e amorfa. Tais movimentos baseiam-se em uma ideologia apenas superficialmente lógica que se utiliza como instrumento o estado de exceção como forma justificante para a prática de diversas atrocidades. Dessa forma, somente o encontro da liberdade do ser humano pode desmascarar tal ideologia e trazer para o indivíduo sua verdadeira função no mundo como agente criador de sua própria realidade.

Palavras-chave: Liberdade; Totalitarismo; Estado de Exceção.

ABSTRACT: Freedom, as the humane essential attribute, must be practiced in its most ample concept, the political freedom. For that, the maintenance of the public spaces and the free impact of opinions are necessary. The totalitarian move-

* Mestrando em Direito pela FDC. Especialista em Direito Registral Imobiliário pela PUC Minas. Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais do 2º subdistrito do 1º distrito de Campos dos Goytacazes-RJ.

ments, as a new way of domination, tend to eliminate the public spaces and the critical thoughts of the individuals to build an amassment and amorphous society. These movements are based on one ideology superficially logical that uses the exception state as a justificatory way for the practice of several atrocities. From that, only the encounter of humane freedom can dismant such ideology and bring to the individual his real function in the world as a creator agent of his own reality.

Key words: Freedom; Totalitarianism; Exception State.

1. Introdução

Não se poderia falar do princípio da liberdade sem mencionar Hannah Arendt. A busca da preservação do indivíduo e o respeito pela sua individualidade são traços marcantes em todas as suas obras. Porém, tal posição não tornava seu pensamento individualista, pelo contrário, Arendt poderia ser considerada uma defensora aguerrida do pluralismo em toda a sua extensão.

A liberdade é pressuposto fundamental da existência humana digna. É o ponto de partida para o pleno desenvolvimento do indivíduo e de sua construção social. E, como tal, o ser humano é essencialmente livre desde o seu nascimento. A crença no homem como guia e formador de seu próprio destino é expressiva no legado de Arendt.

Cada ser humano possui capacidade de modificar, alterar e até mesmo criar sua própria realidade. Nesse diapasão, importante ressaltar o abismo que separa os conceitos de liberdade e de causalidade. O homem é pessoa complexa com suas características e peculiaridades próprias. Diferentemente dos demais animais, não se encontra sujeito ao determinismo das situações impostas. Isto equivale a dizer que, perante o ser humano, uma série de acontecimentos não necessariamente leva a uma consequência pré-determinada ou antevista. Ele é capaz de chegar a uma situação limite parar e voltar ou guiar-se para rumo diverso, sem que dados nove passos o décimo seja pré-determinado. É agente produtor de seu próprio destino. Com isso, deve-se desprezar a possibilidade de que os fatos e acontecimentos seriam meras consequências, ou em outras palavras simples causalidades.

2. Liberdade, Espaço Público e Ação

Ao criar o homem e coloca-lo no mundo, Deus visava à introdução de um novo aspecto: a possibilidade do começo e da renovação. Dessa forma, independentemente da situação existente

e, por pior que em que ela se encontrasse, o homem poderia sempre renascer. O homem tornava-se mola-mestre para sair do caos, mesmo quando se estreitasse o campo de atuação da ação política e o espaço público se encontrasse deteriorado. Ainda assim, a liberdade seria o sopro de inspiração oculto para o recomeço da produção humana.¹ O homem tendo a liberdade como mecanismo de construção do próprio mundo a qualquer tempo, sendo ele o ponto de partida e de chegada. Em outras palavras, era o indivíduo controlador do início, meio e fim do próprio processo criador.

O conceito de liberdade é algo de difícil apreciação. É um termo que foi regado de ideologias e interesses, que distorceram em muito sua essência. Dessas, as mais importantes foram a tradição cristã com a busca de uma atitude íntima e desinteressada como forma de desprendimento e bondade; e a filosofia antiga apolítica onde o filósofo encontraria sua liberdade de dentro de uma vida contemplativa e de valores interiores.² A liberdade é levada para o campo do pensamento e da vontade, distanciando-se da ação.

A distorção do conceito de liberdade levou-a a uma noção do indivíduo solitário e contemplativo dentro de si. É marcante a figura do filósofo totalmente introspectivo e absorvido dentro de seus próprios pensamentos, como símbolo de liberdade e pureza de pensamento. No pensamento cristão, um dos maiores exemplos de liberdade como fé encontra-se no Livro de Jó, na Bíblia, dentro do antigo testamento. Jó era servo de Deus, reto e íntegro cujos bens e familiares foram tirados como prova de sua fé e libertação de todas as coisas mundanas. Sua liberdade consistia na abdicação íntima de tudo frente à opção pela fé em

¹ SOUKI, Nadia. Hannah Arendt e o paradigma do anti-Estado. In AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001, p. 104.

² BIGNOTTO, Newton. Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim de, BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 115.

Deus. A liberdade em ambas as concepções fundamentava-se internamente ao indivíduo, na sua intimidade.

Ao contrário desse pensamento dogmático, a liberdade nasce da política e do diálogo com os outros indivíduos. Tem seu campo de atuação e desenvolvimento na ação. Para Arendt, a liberdade não comportava tão somente a noção filosófica de ir e vir, ou de agir conforme a sua própria vontade. Esta liberdade interior somente é buscada no momento em que o indivíduo perde a liberdade dentro do espaço público, quando deixa de ter o contato livre com os seus pares. É um refúgio intocado e seguro do ser. A liberdade arendtiana também tinha uma dimensão muito maior, o campo político. Na há nenhuma possibilidade de se conceber política sem liberdade. Arendt afirmava, *in verbis*: “A *raison d’être da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação*.”³

Essa importante liberdade política é ressaltada nas palavras de Bignotto, que corrobora a existência do conceito de liberdade cristã como ato de vontade e o conceito greco-romano de liberdade do cidadão como agente transformador de seu mundo. Para o exercício desta liberdade política seriam necessários indivíduos que se interagem e um espaço público comum para o embate das idéias. A liberdade surge com a ação em um ambiente politicamente organizado.⁴

A política tem por pressuposto a liberdade do indivíduo. Não há a menor possibilidade de haver uma discussão ou um debate político sem que os seus partícipes sejam homens livres. Como já afirmava o grande pensador Aristóteles, o homem é um ser político. O convívio com seus demais semelhantes torna-se condição para que o ser humano desenvolva-se e complete-se em sua essência. Dessa forma, para Arendt, o conceito de liberdade encontra-se estreitamente ligado ao de política. O homem, para que sua liberdade seja completa, necessita do espaço público e do pensamento plural.

³ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 192..

⁴ BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*

Dessa forma, surgem os importantes conceitos de espaço público, discurso e ação, que são bastante discutidos por Hannah Arendt. Tais conceitos encontram-se intimamente correlacionados e formam o verdadeiro traço diferenciador nos homens, a verdadeira quintessência humana. Pode-se afirmar de forma bastante sucinta que os homens somente exercitam suas faculdades humanas em sua essência na ação por meio do discurso e das palavras em um espaço público politicamente organizado. Para tanto, torna-se imprescindível que sejam homens dotados de liberdade conforme exposto supra.

Em seu livro 'A condição Humana', Arendt traça as três atividades essenciais da vida ativa dos seres humanos, quais sejam, o trabalho, a fabricação e a ação. O labor está diretamente relacionado com a sobrevivência do homem como um ser integrante da natureza. Aquilo que o homem busca para suprir suas necessidades fundamentais. A fabricação é a transformação do mundo pelo homem para sua melhor comodidade e adaptação ou por um termo afirmado por Arendt é a "mundanidade". E a ação ocorre nas relações dos homens entre si, no livre embate de pensamentos e idéias dos seres humanos.⁵

Dentre essas três atividades, sem qualquer sombra de dúvida, a ação é aquela exclusivamente humana. Não há ação em qualquer outro grupamento vivo no planeta no qual vivemos. A ação tem início e fim no livre embate de idéias, sendo atividade inerente e essencialmente humana. É nela que o ser humano, necessariamente, sai de dentro de sua individualidade e de seu mundo íntimo e passa ao mundo político. Nestes termos afirmava Arendt, *in verbis*:

Esta relação especial entre a ação e a vida em comum parece justificar plenamente a antiga tradução do 'zoon politikon' de Aristóteles como "animal socialis".

⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 15.

E prosseguindo Arendt no pensamento aristotélico, afirmava que somente duas atividades eram consideradas políticas: a ação, também conhecida como *práxis*, e o discurso, chamado *lexis*.⁶

Na ação é que se encontra o espaço público, onde as relações entre os indivíduos são formadas. Somente no espaço público e na política, que o homem deixa de ser um simples animal e transcende a sua existência para a formação de sua realidade e criação do seu destino, transformando o mundo ao seu redor, juntamente com seus pares.

Pode-se entender os contornos do espaço público com base na definição do que era a *polis* grega. A *polis* não se constituía de um território com suas edificações, ou mesmo das leis vigentes. Era um espaço intelectual, completamente imaterial onde homens considerados iguais e livres discutiam sobre assuntos de maior relevo, a política. A verdadeira *polis* nunca foi uma cidade, mas um espaço público politicamente organizado. E justamente aí é que se encontrava sua importância e o orgulho da comunhão por seus cidadãos em participar desta coletividade. A *polis* era o espaço público propriamente dito.

A noção de convencimento pelo discurso e pelas palavras era considerada pelos gregos uma superioridade facultada somente aos homens. O embate de idéias e o livre convencimento era a forma humana mais evoluída, ao contrario da brutalidade dos povos bárbaros que tinham que recorrer à força e à violência, tal como animais, para conseguir seu objeto de desejo.

Arendt afirmava que a ação por meio do discurso mostrava paradoxalmente a igualdade e a semelhança entre os homens. Resumia essa situação com a utilização de um termo muito simples, mas de grande valia em sua obra, a pluralidade. Todos os seres humanos são inicialmente iguais e por isso formam uma coletividade, contudo no espaço público por meio do discurso é que se diferenciam, revelando-se a si mesmo e aos outros integrantes como seres únicos e formadores de sua própria

⁶ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 32-34.

realidade e contribuindo para a realidade do grupamento social a que pertencem. Através do discurso os homens diferenciam-se, igualando-se aos seus semelhantes.⁷

Somente em um espaço público livre o homem está apto a desenvolver-se plenamente como tal. A faculdade de começar e recomeçar como um ser criativo e essencialmente novo é a expressão máxima da liberdade humana. Só respeitando-se esse potencial de liberdade e unicidade é que se pode considerar o homem como ser humano, diferenciando-o do restante da natureza e inserindo-o no mundo como senhor e formador de seu próprio destino.

Souki expõe a importância crucial da realização da ação e da política em um espaço próprio, afirmando que a ação política é dotada de plena liberdade. Decorre dessa liberdade a sua novidade e criatividade, ameaçando constantemente as instituições a sua destruição ou modificação, e ao mesmo tempo constituindo novas. Na política o indivíduo sai de sua intimidade e busca o entendimento de seu semelhante para alcançar algo maior. Transcende a si mesmo para atingir um acordo e um diálogo, somente possível no espaço da política e da ação⁸

O espaço público politicamente organizado é precedente às várias formas de organização e de governo mais complexas. Contudo, conforme já dito supra, esse espaço não é físico, delimitado e indestrutível. Tem existência tão certa quanto à liberdade humana, mas que, da mesma forma que esta, pode ser completamente suprimida. É uma teia de relações, um ambiente de discurso altamente mutável e perene.

A maravilhosa experiência da liberdade advém justamente do fato de que não há limites aos homens em um espaço público organizado. O ser humano, diferentemente de todos os outros animais na natureza, tem o dom de coletivamente ser ilimitado e infinito a partir de seu semelhante. Da mesma forma os homens podem iniciar algo novo e alterar o mundo em que vivem a partir do espaço público. Nada é fixo e determinado e todas as posições

⁷ *Op. cit.*, p. 188.

⁸ SOUKI, Nadia. *Op. cit.*, p. 105.

também são ser modificadas de forma constante.

O poder surge justamente desse espaço político e da união dos homens em torno de um ideal comum. Um homem livre pode, por meio do discurso e do livre convencimento dos demais, em um espaço público, dirigir uma ação em busca da formação de uma organização política que possua uma grandeza e poder tão grande quanto todos os homens juntos. Nestes termos importante a citação das palavras de Arendt ao afirmar:

(...) o poder, como ação, é ilimitado; ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem. Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade.⁹

Apesar de parecer indestrutível, o poder é dissolvido com tanta facilidade quanto é extinto o espaço público, porque é deste decorrente. Quanto os seus integrantes são separados ou não há mais o espaço para o diálogo entre os homens, o poder se desfaz como se nunca tivesse existido, voltando-se ao estado da força individual de cada homem. Lembre-se sempre que diferentemente da força, que é atributo do indivíduo isoladamente, o poder é a união livre dos homens em busca de um objetivo comum.

3. Totalitarismo e os Movimentos Totalitários

E é justamente na destruição desse espaço público que surge uma nova forma de dominação, o totalitarismo. Este se baseia na difusão de pensamentos e ideais superficialmente lógicos, perante uma coletividade massificada, acrítica e despolitizada para a mobilização destas em busca do poder, utilizando-se da imposição da lógica sobre os princípios e do

⁹ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, 2005, p. 213.

extermínio e da violência gratuita como meio de extinção do espaço público e da liberdade de questionamento para a manutenção do sistema.

A ideologia totalitária é tão frágil que não se apóia sobre outra coisa que não em si mesma. Os princípios e as finalidades perdem-se dentro da imposição da lógica do sistema. O próprio sistema retira dos seus integrantes a faculdade de pensar e a sua liberdade política. O sistema totalitário limita de forma impressionantemente a capacidade das pessoas de o questionarem. Ele sufoca seus próprios partícipes por meio da extinção da ação e do discurso.

O totalitarismo tem como pedra de toque o controle e o extermínio dos espaços públicos. Ele faz uma inversão de valores onde a partir da ação e da liberdade do homem é criado um espaço de negação da própria liberdade. Nesses temos Kohn¹⁰ dispõe sobre o pensamento de Arendt, afirmando que após um estudo aprofundado sobre os regimes totalitários na Alemanha e na União Soviética, Arendt não os classifica como mais um regime equiparado à ditadura ou as tiranias até então conhecidas. O totalitarismo vai muito além, alcançando a destruição do mundo comum (ação e discurso) e da consciência crítica do indivíduo como formador da realidade social.

O totalitarismo tem por escopo a separação dos indivíduos uns dos outros (atomização) e a eliminação de sua capacidade de pensamento crítico (raciocínio massificado) para a destruição de seu bem maior e essencial: a liberdade. Corrobora-se tal posição com as palavras de Bignotto que diz que o regime totalitário busca a destruição não só das relações entre os homens por meio do espaço público, mas vai além, desejando a dominação do próprio indivíduo em sua esfera privada e sua intimidade.

Nestes termos, o regime retira do indivíduo, além de sua liberdade, a sua própria existência no mundo como seu criador.¹¹

¹⁰ KOHN, Jerome. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção à vida In: AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001. p. 10.

¹¹ BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*, p. 113.

Kohn também adere a esse pensamento citando os três níveis de destruição do ser humano pela ideologia totalitária, *in verbis*:

Em primeiro lugar, havia a destruição do homem jurídico ou político, colocando-o fora da lei; em segundo lugar, a destruição da pessoal moral tornando sua consciência impotente; e em terceiro lugar, eliminando a sua singularidade e espontaneidade, o indivíduo humano estava destruído, como se o significado de sua vida não era ter sido um começo, mas ter-se tornado um cadáver.¹²

A ideologia totalitária transforma a condição do ser humano de criador para a criatura, de sujeito para simples objeto do mundo. Com isso, torna os seres humanos autômatos e supérfluos (fabricação de cadáveres), como meras engrenagens descartáveis. O homem sai da condição de sujeito iniciador e transformador da sua própria realidade e passa a ser um simples objeto, uma máquina a serviço do regime. É impressionante a facilidade com que essa ideologia retira a capacidade crítica dos indivíduos de se indignarem e reagirem contra tais movimentos.

Importante ressaltar as observações de Kohn quando descreve de forma sucinta e clara o processo de transformação de todos os seres humanos pelo totalitarismo, desde os oprimidos, quanto os opressores e integrantes do regime, transformando-se ao final todos em vítimas do mesmo processo autodestrutivo.¹³ Os soldados e organizadores do campo de concentração eram tão destituídos de senso crítico quanto os prisioneiros. Em um trocadilho pode-se dizer que estavam tão presos e acorrentados à realidade na qual viviam tanto quanto os que estavam dentro das celas. Eram objetos do regime como todos os demais e não

¹² KOHN, Jerome. *Op. cit.*, p. 19.

¹³ KOHN, Jerome. *Op. cit.*, p. 19.

faziam qualquer juízo de valor sobre a realidade da qual participavam.

Neste diapasão imprescindível o desenvolvimento sobre os conceitos de a massificação social e a ideologia lógica, para a melhor compreensão do mecanismo de funcionamento do regime totalitário.

Saliente-se a exposição que Arendt faz sobre a formação e o conteúdo das massas humanas. A autora afirma de forma bastante sagaz que a classificação de massas somente faz-se quando de um grupo de pessoas faz-se indiferente perante a ação e não integram qualquer espaço público. Elas simplesmente por indiferença não fazem parte de partido político, organização profissional ou sindicatos ou mesmo de qualquer grupamento para fins políticos. Orgulham-se de serem neutras e de não se envolverem com assuntos políticos, sem terem qualquer senso crítico ou formação da realidade social, vivendo como autômatos.¹⁴

Bignotto, esclarecendo esse pensamento, chega a afirmação de que o ponto central da discussão de Arendt sobre o papel das massas não é sua inutilidade ou sua posição fora do processo político, mas, pelo contrário, é a sua participação no cenário político como seres facilmente manipulados pela ideologia e os movimentos totalitários.¹⁵ No que tange as massas humanas, pode ter duas fontes de sua formação: a primeira de forma passiva e a segunda por meio de opressão exterior.

A produção de massa de forma passiva é aquela exposta por Arendt no pensamento citado logo acima. É formada pela própria despolitização do indivíduo social que por alienação ou desinteresse não possui qualquer pensamento crítico ou posição política relevante. O ser humano torna-se atomizado quase que voluntariamente. Em outros termos, a valoração da vida privada e seu conseqüente isolamento do mundo, distanciando-se do outro

¹⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 361.

¹⁵ BIGNOTTO, Newton. O totalitarismo hoje? In: AGUIAR, Odílio Alves, et al. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001. p. 39.

leva a formação do fenômeno de “massa da solidão”.¹⁶

Tal afirmação é baseada nas palavras de Souki que dispõe sobre as massas, *in verbis*:

O primeiro traço da dominação totalitária é, segundo Arendt, a destruição das redes de comunicação que prendem a um tecido sóciopolítico, com o objetivo de promover a mobilização das massas despolitizadas. (...) O solo fértil para fazer brotar o terror totalitário foi adubado pelo isolamento. Podemos dizer que o isolamento é pré-totalitário e que dele resulta a impotência: isolados, os homens são impotentes por definição.¹⁷

Já o segundo meio de formação de massas, por opressão, é aquele imposto aos indivíduos de maneira coativa. Tal produção é concebida inicialmente pelo isolamento do indivíduo aliado a propaganda incisiva e a forte influência dos líderes sobre as massas. Essa segunda forma de produção das massas envolve-se diretamente com o segundo conceito importante a ser observado no totalitarismo que é a sua Ideologia lógica.

Com a massa social amorfa e sem qualquer senso crítico, basta ao líder totalitário apresentar uma ideologia, ainda de que fundada em princípios errôneos, mas que se justifique por sua própria lógica. Tal pensamento apóia-se no pensamento de Magalhães que afirma ser a ideologia o princípio motor dos movimentos totalitários. E prossegue dizendo que o aspecto de maior relevo na ideologia totalitária não é o seu conteúdo e sua materialidade, mesmo porque este não resistiria a uma análise de maior profundidade, mas tão somente a sua lógica superficial e sua autodedução interna.¹⁸

¹⁶ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 68.

¹⁷ SOUKI, Nadia. *Op. cit.*, p. 108-111.

¹⁸ MAGALHAES, Theresa Calvet de. A natureza do totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo. In AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens*

Com fundamento na lógica pela lógica, o discurso se torna aparentemente verdadeiro e fundamentado, contudo baseado em princípios errôneos. Dessa forma, a ideologia totalitária consegue se alimentar de si própria, não podendo se questionada a nível superficial. Essa conclusão é apoiada pela extinção do espaço público e pela falta de seres humanos que preservaram sua capacidade crítica, sua liberdade política.

O totalitarismo une, de forma inteligente e sagaz, os elementos necessários, não só para a sua criação, como para a sua manutenção com regime dominante, estirpando qualquer possibilidade de questionamento por seus próprios integrantes. Nesse ponto torna-se importante mencionar a estrutura de dominação do totalitarismo feita por Arendt e exposta por Souki como uma cebola onde as camadas formadas por simpatizantes e adeptos se sobrepõem ao líder. Assim, as camadas filtram a realidade e passam a noção de normalidade, enquanto torna-se cada vez mais gritante a diferença entre o mundo interno e externo.¹⁹

É relevante esclarecer a noção de movimentos totalitários. Estes se tornam importantes não como condição precedente ao totalitarismo, pois pode haver governos totalitários que tenham seus movimentos depois da tomada do poder como ocorreu no passado no caso da Rússia. Sua importância se deve como configuração de alguns fatores indicativos da existência de condições para a formação de tal regime. Isto é, a presença de uma grande comunidade de seres humanos isolados de si mesmos sem vida política (*bios politikos*), configurando a perda do espaço público e da liberdade política.

Tal fenômeno ocorre através de uma falta de senso crítico coletivo e uma massificação de pensamento amorfo que pode ser apropriada e dirigida por um líder totalitário. Nesse diapasão torna-se fundamental expor os alcances desses movimentos totalitários afirmados por Bignotto.²⁰

do Totalitarismo: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001. p. 49.

¹⁹ SOUKI, Nadia. *Op. cit.*, p. 108.

²⁰ BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*, p. 39.

Esses movimentos são de fundamental importância no sentido da comprovação da desnecessidade de adoção por um Estado do regime totalitário para que seja considerado como tal, mas que mesmo nas atuais sociedades democráticas podem ser desenvolvidos movimentos totalitários ou grupos extremistas que geram circunstâncias totalitárias.²¹ Ressalte-se, ainda, que em um Estado democrático tais movimentos devem ser observados, mas não impedidos em virtude da democracia e da liberdade de seus integrantes.

4. Estado de exceção

Observando esses fatos expostos supra, pode-se fazer uma extrapolação do pensamento de Arendt no que tange a existência de movimentos totalitários modernos.

Para o melhor desenvolvimento da ideologia totalitária um dos instrumentos de maior eficiência utilizados foi, sem qualquer sombra de dúvida, o estado de exceção. Pode-se afirmar que o estado de exceção foi um “presente” aos líderes totalitários que buscavam de uma forma de justificação para os seus objetivos e atos, conforme se verá no decorrer de sua exposição a seguir.

Há algumas circunstâncias excepcionais que podem gerar grande comoção social ou uma insegurança generalizada perante a população. Ou, conforme afirmado por Agamben, a

²¹ Alguns autores com Heuer citam vários exemplos que se aproximam de movimentos totalitários na sociedade contemporânea. Ele indica alguns movimentos que se aproximam do terror do totalitarismo no mundo atual, in verbis: “*También el terror de Al-Qaida se parece al terror totalitario, es sostenido por intelectuales desarraigados y superfluos en sus sociedades, que proceden de una clase media bien acomodada y que fueron influenciados por la guerra de Abghanistan em los años 80. La propaganda religiosa fundamentalista, em sus declaraciones contra el occidente y los EEUU, em favor del establecimiento de un Califato Pan-arábico, desempeña em el fondo el mismo papel secundario frente a las masas.*” – HEUER, Wolfgang. Poder, Violência, Terror: la Republica Imperfecta y sus peligros. In DUARTE, A.; LOPREATO, C.; MAGALHÃES, M. (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 76.

A afirmação da possibilidade do surgimento de movimento totalitários em países ocidentais e ainda nas experiências da China e do Camboja é feita por Bignotto em um de seus trabalhos. BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*, p. 40.

configuração do *tumultus* como situação de grande desordem e agitação. Tais movimentos são pressupostos do estado de exceção. Os romanos definiam que em tais circunstâncias era declarado o *iustitium* que significava, de forma sucinta, a interrupção ou suspensão do direito como um todo.²²

Mommsen é citado por Agamben ao fazer a afirmação de ser o estado de exceção um direito de legítima defesa do Estado em busca da preservação de sua própria existência.²³ Com isso, poder-se-ia adotar todas e quaisquer medidas necessárias, em caráter excepcional, a manutenção da integridade do Estado. O estado de exceção ultrapassa todos os limites jurídicos. Funda-se num ordenamento jurídico que ele mesmo exclui. Torna-se contraditório e quase incompreensível que o direito tente se resguardar sob sua própria negação.

Os movimentos totalitários julgam-se agentes da justiça e do direito. Alegam de forma contraditória que a suspensão dos direitos tem o fim de proteger os mesmos contra sua supressão. Salienta-se as palavras de Bignotto, *in verbis*:

(...) não é um fato que nos regimes totalitários não se tenha a idéia de da lei, mas sim que a 'legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente um reino de justiça na terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critério de certo e errado que norteiem a conduta individual'.²⁴

Em virtudes de situações excepcionais, é atribuído ao chefe de governo decidir sobre a suspensão de diversos direitos. A atuação do órgão executivo passa a usurpar a função legislativa

²² AGAMBEN, Giorgio. *Stato di eccezione*. Torino, Bollati Boringhieri, 2003. [Ed. bras.: *Estado de Exceção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 68..]

²³ *Ibidem*, p. 69

²⁴ BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*, p. 40.

e influenciar de sobremaneira no órgão judiciário ou jurisdicional. O equilíbrio dos governos baseado na teoria dos órgãos do poder de Montesquieu é esfacelada, cabendo a um só indivíduo legislar, executar e julgar de maneira ilimitada.

Nesse tocante faz-se imprescindível a doutrina de Agamben²⁵ que afirma a decorrência destas distorções sociais geradas inicialmente pelos Estados. Dentro destes há uma quebra provisória dos limites entre as funções legislativa, executiva e jurisdicional e conjuntamente com a limitação dos direitos dos indivíduos. Afirma tal autor que *“O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”*.

E prossegue Agamben em importante colocação sobre a aplicação do estado de exceção como forma de técnica de governo nos estados modernos. Afirma ser o totalitarismo moderno instaurado por meio do estado de exceção onde a eliminação dos adversários e das camadas sociais indesejáveis podem ser inteiramente eliminados com o fundamento na proteção do Estado. E, ainda, que tais práticas vêm se tornando comuns nos estados contemporâneos, inclusive naqueles classificados como democráticos.

Nos movimentos totalitários modernos, em momento algum há uma situação de ilegalidade flagrante, mas uma utilização cotidiana e duradoura de medida provisional e excepcional, distorcendo as finalidades do instituto do estado de exceção. Agamben de forma precisa traz o elo entre o totalitarismo e o estado de exceção dentro do Estado Nazista, *in verbis*:

Tome-se o caso do Estado Nazista. Logo que tomou o poder (ou, como talvez se devesse dizer de modo mais exato, mal o poder lhe foi entregue), Hitler promulgou, no dia 28 de fevereiro, o ‘Decreto para a proteção do povo e do Estado’, que suspendia os artigos da Constituição de

²⁵ AGAMBEN, Giorgio. Op. cit., p. 13.

Weimar relativos às liberdades individuais. O decreto nunca foi revogado, de modo que todo o Terceiro Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou 12 anos.²⁶

Da mesma forma que o Estado Nazista utilizou-se desse artifício de suspensão da ordem jurídica alegando a proteção e garantia de direitos, outros movimentos totalitários contemporâneos já mencionados supra também o fazem. Assim, tal movimento não se restringe à ditaduras e aos Estados semelhantes, mas invade os Estados Democráticos atuais, inclusive o Estado brasileiro. Em busca da preservação e integridade desses Estados, os direitos fundamentais dos seus integrantes, fonte precípua da existência do Estado, são tolhidos.

O poder soberano ultrapassa todos os limites, inclusive jurídicos, sobrepondo-se até mesmo aos indivíduos formadores desse Estado, os quais deveria proteger. Conseqüentemente, a lei torna-se mera formalidade, criando uma realidade artificial onde os indivíduos sobrevivem como marionetes ou atores de uma ficção social. Pode-se afirmar que o estado de exceção é um vácuo jurídico.

Nesse diapasão pergunta-se: Havendo a configuração do estado de exceção e dado uma extensão enorme sobre o poder do soberano, inclusive a suspensão da própria ordem jurídica, que garantias e proteções restarão ao indivíduo em face a esse Estado? Assim, faz-se salutar a mobilização social em prol da liberdade dos indivíduos e contra tais movimentos.

O Estado moderno, ocultando-se em ideologias de massa, invade cada vez mais a esfera do indivíduo para a suposta proteção do próprio indivíduo e do Estado. Busca-se a proteção dos direitos do indivíduo retirando dele seus próprios direitos. Cada vez mais, situações excepcionais tornam-se regra. Cria-se um estado de exceção permanente, onde em prol da lei a mesma é

²⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Op. cit.*, p. 12.

violada. Nesse termos Heuer afirma sobre a conclusão a que chega Arendt, nesse particular, *in verbis*:

A ambos, a los partidarios de movimientos sociales como a los del liberalismo, objetó Arendt su pensamiento político: del sentido común, del espacio público, de la amplia participación y de las instituciones de la república. Para ésto elaboró las distinciones y los llamados 'ejercicios del pensamiento político', es decir sus ensayos. Los peligros de la república no comienzan con el nacimiento de la violencia y del terror, sino mucho antes. Cuando la violencia o el terror entran en escena, quiere decir que ya, desde hace mucho tiempo, los abusos de la comunidad se encuentran en un estado alarmante.²⁷

5. Conclusão

Apesar dos regimes totalitários terem chegado a seu fim, suas consequências e seqüelas transformaram profundamente a forma de pensamento e de se enxergar a realidade humana. Mais do que em qualquer outro tempo o ser humano se redescobre como ente iniciador contínuo do mundo em que vive. O poder ilimitado da coletividade é saboreado, ainda que de forma tão amarga. Contudo tal experiência deve ser observada como forma de aprendizagem para que o homem não utilize o dom da liberdade, recebido de Deus, para tornar a si mesmo um escravo de seu próprio mundo.

²⁷ HEUER, Wolfgang. Poder, Violência, Terror: la Republica Imperfecta y sus peligros. In: DUARTE, A.; LOPREATO, C.; MAGALHÃES, M. (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p 82.

O homem é o princípio e o fim do próprio homem. Arendt acredita que a faculdade de julgar e alterar os rumos do mundo e do seu próprio destino é essencial ao ser humano. A defesa da liberdade como manutenção da dignidade do ser humano é ponto irrefutável e aspecto fundante da natureza humana. Dessa forma afirma que o homem é o símbolo do novo, do improvável, sendo único e singular perante o mundo. Assim, apesar da força das probabilidades e das estatísticas o novo sempre surge sob o disfarce do milagre.²⁸

Deve-se concluir que para Arendt a luta contra o totalitarismo deve-se fundar na própria condição do homem, em sua liberdade de pensamento filosófica e política como ponto de partida para a criação de uma nova realidade social. Nas sábias palavras de Arendt:

Mas permanece também a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única 'mensagem' que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem.²⁹

Aquilo que torna o ensinamento de Arendt especial e único não é a luta contra o regime totalitarista, mas a forma como ela compreende o ser humano. Não busca estudar o homem como objeto e não aceita que tal tratamento lhe seja atribuído. Busca sim a compreensão da pluralidade e o respeito pelas diferenças. Nas palavras de Kohn, *n verbis*:

Trata-se de recuperar a grandeza humana, a capacidade de interromper e ultrapassar a mera naturalidade e criar mundos como

²⁸ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 191.

²⁹ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 531.

componente essencial ao conceito de dignidade humana.³⁰

O ser humano, como agente criador de sua própria realidade encontra a si mesmo no outro pela ação e pelo discurso, dentro do espaço público politicamente organizado e livre. Somente dessa forma o homem encontra sua verdadeira liberdade. Por fim, somente o respeito a pluralidade por meio do livre embate de idéias e pensamentos como ação garante a liberdade como bem humano essencial e ponto de partida para a criação e transformação do mundo em que vive.

Referências

ADEODATO, João Maurício Leitão. *O problema da legitimidade: no rastro do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – Il potere sovrano e la nuda vita I*. Torino, Giulio Einaudi, 1995. [Ed. bras.: *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.]

_____. *Stato di eccezione*. Torino, Bollati Boringhieri, 2003. [Ed. bras.: *Estado de Exceção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2004.]

AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

³⁰ AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001. p. 08.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIGNOTTO, Newton. O totalitarismo hoje? In: AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

_____. *Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt*. In MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (Org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DUARTE, A.; LOPREATO, C.; MAGALHÃES, M. (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HEUER, Wolfgang. Poder, Violência, Terror: la Republica Imperfecta y sus peligros. In DUARTE, A.; LOPREATO, C.; MAGALHÃES, M. (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

KOHN, Jerome. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção à vida. In AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

MAGALHAES, Theresa Calvet de. A natureza do totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo. In AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SOUKI, Nadia. Hannah Arendt e o paradigma do anti-Estado. In AGUIAR, Odílio Alves. et all. (Org.). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.